

## PROJETO DE LEI N.º

, DE 2024

(Do Sr. Capitão Augusto)

Institui a Política Nacional de Incentivo à Educação Continuada 60+ e dá outras providências.

## O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Incentivo à Educação Continuada 60+ destinada a promover a inclusão educacional e o desenvolvimento intelectual contínuo de pessoas acima de 60 anos, mediante oferta de cursos gratuitos de ensino superior e técnico.
- Art. 2º A Política Nacional de Incentivo à Educação Continuada 60+ será implementada em instituições públicas e privadas de ensino que aderirem ao programa, observando-se as seguintes diretrizes:
- I Oferta de cursos técnicos e superiores gratuitos para pessoas acima de 60 anos;
- II Modalidades de ensino presencial, semipresencial e à distância
  (EAD), adequadas às necessidades dos alunos;
- III Criação de metodologias e materiais didáticos com ferramentas tecnológicas facilitadoras;





- IV Flexibilidade nos horários das aulas, visando atender às particularidades da faixa etária beneficiada;
- V Estímulo ao desenvolvimento de habilidades tecnológicas e digitais para maior integração educacional e social;
- VI Incentivo à capacitação contínua de professores para atender adequadamente o público 60+.
- Art. 3º As instituições participantes poderão, mediante convênio com o Governo Federal, receber incentivos fiscais e apoio financeiro para viabilizar a gratuidade dos cursos.
- Art. 4º São objetivos da Política Nacional de Incentivo à Educação Continuada 60+:
- I Promover o direito à educação como meio de valorização da pessoa idosa e de sua inserção na sociedade;
  - II Estimular o desenvolvimento intelectual e cultural contínuo;
- III Reduzir o isolamento social, incentivando a participação ativa da população idosa em ambientes educacionais e profissionais;
- IV Contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da saúde mental da população acima de 60 anos;
- V Qualificar e requalificar profissionalmente os idosos interessados em se reinserir ou permanecer no mercado de trabalho;
- VI Fortalecer os vínculos intergeracionais por meio de programas que promovam a troca de experiências e conhecimentos entre diferentes faixas etárias.
- Art. 5º A adesão pelas instituições de ensino ao programa será voluntária, podendo aquelas interessadas inscrever-se junto ao Ministério da Educação (MEC) para regulamentação e credenciamento.
- Art. 6º Caberá ao Ministério da Educação, em conjunto com os Estados e Municípios, a implementação e fiscalização do programa, com as seguintes atribuições:





- I Criar um regulamento específico para a oferta de cursos gratuitos a idosos;
- II Monitorar e avaliar a execução do programa por meio de relatórios periódicos;
- III Desenvolver campanhas de conscientização sobre o direito à educação contínua para pessoas acima de 60 anos.
- Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
  - Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O presente projeto de lei busca atender a um dos desafios contemporâneos mais importantes: garantir a inclusão educacional e social da população idosa no Brasil.

Com o aumento da expectativa de vida e o envelhecimento da população, é essencial implementar políticas públicas que incentivem a educação continuada como meio de desenvolvimento pessoal, valorização social e, ainda, reinserção profissional.

A Política Nacional de Incentivo à Educação Continuada 60+ visa combater o isolamento social, estimular o desenvolvimento intelectual e garantir que os idosos possam usufruir de oportunidades educacionais adaptadas às suas necessidades.

A oferta de modalidades flexíveis e inclusivas, tanto presenciais quanto à distância, assegura acessibilidade e equidade no acesso à educação, promovendo benefícios diretos na saúde mental, autoestima e participação ativa na sociedade.





Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste importante projeto.

Sala das Sessões, em

de

de 2024.

Capitão Augusto Deputado Federal PL-SP



